

A MORTE ENQUANTO LINGUAGEM NOS ESCRITOS DE MAURICE BLANCHOT
DEATH AS LANGUAGE IN MAURICE BLANCHOT'S WRITINGS

Davi Andrade Pimentel¹
 Mestre em Letras
 Universidade Federal Fluminense
 (davi_a_pimentel@yahoo.com.br)

RESUMO: Este artigo analisa a concepção da morte nos textos teóricos do escritor francês Maurice Blanchot. Na diretriz blanchotiana, a morte figura como a base de todo ato de linguagem, seja ele literário ou não. Morte que promove, ao mesmo tempo, o dizer e a ausência do dizer. Morte presente e ainda por vir. Morte de todos. Morte plural.

Palavras-chave: Maurice Blanchot; Morte; Linguagem; Desastre

ABSTRACT: This paper analyzes the conception of the death, based on the theoretical texts. written by the French writer Maurice Blanchot. According to blanchotiana guideline, the death figures out as the basis of all act of language, literary or not. Death promotes. at the same time, the mean and the absence of the mean. Death present and yet coming. Death of all. Plural death.

Keywords: Maurice Blanchot; Death; Language; Disaster

La mort, nous n'y sommes pas habitués.
 (BLANCHOT, 1973, p. 07)

O pensamento do fim nos leva conseqüentemente ao pensamento da morte. O morrer está intrinsecamente associado ao ato de linguagem do homem no espaço social, aqui, aceitando todas as prerrogativas que o ser social evoca, e no espaço literário, onde entrevemos a despersonalização do ser homem em constructo literário, como nos lembra o escritor francês Maurice Blanchot no livro **Le pas au-delà**²: “Escrever como questão de escrever, questão que traz a escritura que traz a questão, não lhe permite mais essa ligação ao ser — entendido primeiro como tradição, ordem, certeza, verdade, toda forma de enraizamento — que você recebeu um dia do passado do mundo” (1973, p. 09).

Antes do rito fúnebre e impessoal que adquiriu no desenvolvimento do mundo, a morte se configura, antes de tudo, como poder, razão, estabilidade e objetivo para os homens, sejam eles civilizados ou não. A morte, entendida, agora, não mais como algo factual e pesaroso, mas como elemento arrebatador do poder e

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Doutorando em Literatura Comparada

² Neste artigo, todas as traduções das obras em francês do escritor Maurice Blanchot e do escritor Jacques Derrida são de minha autoria.

modo complexo da estabilidade do mundo, instaura-se no terreno do humano como a potência modeladora do homem, atuando em sua constituição pessoal e social. A morte, diz Blanchot no texto “A literatura e o direito à morte”, do livro **A parte do fogo**, é a esperança dos homens de serem homens:

É nisso que podemos dizer que existe ser, porque existe o nada: a morte é a possibilidade do homem, é a sua chance, é por ela que nos resta o futuro de um mundo realizado; a morte é a maior esperança dos homens, sua única esperança de serem homens (1997, p. 323).

Na perspectiva blanchotiana, a morte figura como a possibilidade do homem se nomear homem e de nomear os seres ou as coisas através da linguagem — linguagem que se desenha como a base do mundo real. A nomeação do ser se dá através da perda do ser, na ausência que é o ato de linguagem no espaço cotidiano do homem. É a cada modulação verbal que o sopro da morte se apresenta como palavra, convertendo-se em ausência logo após ser proferida. De acordo com Giorgio Agamben, no texto “Ideia da morte”, do livro **Ideia da prosa**, a morte é linguagem: “O anjo da morte, que em certas lendas se chama Samael, e do qual se conta que o próprio Moisés teve de o afrontar, é a linguagem” (1999, p. 126). Ao nos comunicarmos com outrem, ao nos apresentarmos a outrem ou ao falarmos das coisas do mundo a outrem, não é o referente da palavra que será entregue por nós, mas a ausência desse referente que está simbolicamente associado à palavra que remete a esse referente posto em comunicação.

A palavra no espaço do humano não traz o ser/coisa que é proferido por nós, mas a ausência desse ser/coisa, pois, no ato em que nos reportamos ao encontro matinal quando cruzamos com um cachorro na rua, a palavra cachorro conduzida ao nosso ouvinte exige a supressão do animal ao qual fazemos referência. E nesse espaço da palavra-ausência, o ouvinte irá preenchê-la, à nossa revelia, com um cachorro qualquer, um cachorro plural, diversificado, totalmente diferente do nosso. É no diálogo da supressão que a morte detém a linguagem humana e faz dela a sua própria linguagem: “A palavra me dá o que ela significa, mas primeiro o suprime” (BLANCHOT, 1997, p. 310).

Há uma sucessão de mortes no momento em que dialogamos com o nosso interlocutor: a morte do ser para dar lugar ao referente, a morte do referente para dar lugar à palavra e a morte da palavra para que surja a ideia ou o significado

que ela traria em sua estrutura desde já esvaziada. No movimento de fenecimento, a morte se torna necessária ao homem, haja vista que o morrer da palavra é o que possibilita ao homem nomear o mundo, bem como a nomear a si mesmo como homem. Sem a possibilidade da morte, não haveria o desenvolvimento da linguagem humana, logo, não haveria a organicidade do mundo. O processo da morte no diálogo, que, por conseguinte, produz a ausência do que é proferido na linguagem, não é questionado por grande parte dos homens, pois o uso constante da linguagem elabora uma rotina que nos leva a ter com ela uma familiaridade, uma “felicidade tranquilizadora das harmonias naturais” (BLANCHOT, 1987, p. 34). Essa harmonia, na verdade, está esvaziada do pretense equilíbrio no momento em que unimos um ser a uma palavra que o representaria sem que exista uma relação imediata entre o que apontamos e a palavra que o nomeia, desencadeando consequências irreparáveis no desenvolvimento da linguagem no espaço do real humano: aquilo que se fala é a ausência do ser.

Ao permitir o progresso da linguagem, a morte permitirá, também, a partir da linguagem que origina, a reflexão sobre si mesma, sobre a sua existência no terreno do mundo. O homem proporá entender a morte fora do patamar da linguagem, interpretando a morte como acontecimento, como causa, como lugar desconhecido, como fronteira intransponível, como acesso negado, como espaço interdito. A morte provocará o homem, fará dele um sacerdote para entendê-la, fará dele um mago na elaboração de poções do retardo da velhice, ludibriá-lo-á com mapas da fonte da juventude, fará dele um místico para que com a palavra do(s) deus(es) acalme os homens temerosos ou fará dele um filósofo para interpretar o morrer. A morte: espaço do que não pode ser transposto e, por isso mesmo, o grande temor do homem, pois ele não poderá atingi-lo sem que para isso cesse o seu poder sobre a sua própria morte. Na complexidade do pensamento sobre a morte, constatamos que, antes do processo da vida, caminhamos para a morte.

A morte é o nosso fim inelutável e o mais previsível. O estar vivo somente é possível quando temos a autonomia sobre a nossa morte; se dominamos a morte, poderemos viver. Caso o poder de morrer nos seja tirado, não nos resta mais nada, apenas o perecer, ou seja, o não mais viver. A vida não pode ser entendida e refletida sem o pensamento da morte, sem o pensamento do fim. Nas grandes revoluções, o terror que se instaura na população, como nos diz Blanchot, não

advém da possibilidade de perder a vida, mas da possibilidade da perda da autonomia da morte, dando a outrem, àquele que se apossa dos direitos da morte de terceiros, o poder de matá-los:

Esse é o sentido do Terror. Cada cidadão tem, por assim dizer, direito à morte: a morte não é sua condenação, é a essência do seu direito; ele não é suprimido como culpado, mas necessita da morte para se afirmar cidadão, e é no desaparecimento da morte que a liberdade o faz nascer (1997, p. 308).

Nas sociedades, a morte passa a ser um direito inerente ao homem tanto quanto o direito de liberdade. A vida somente ganha relevância se nós dominamos a morte, se podemos dispor dela como almejamos. Desse modo, quando a morte deixa o *status* de simples rito de passagem, ganhando a relevância necessária na constituição da linguagem humana, base do sistema social humano, ela se torna poder. A morte é poder. Se eu domino a linguagem, eu domino a morte associada a essa linguagem. Assim, comunicamo-nos com o mundo, dispondo dele como desejamos, até o instante em que esse domínio não ultrapasse o domínio da morte de outrem. Contudo, como sabemos, dominar a linguagem/morte pressupõe, quer queiramos ou não, a supressão moral, intelectual ou social de uma determinada parcela que não domina a linguagem ou que não faz dela um elemento de poder a seu favor, facultando a terceiros o poder que lhe é de direito. E por meio da linguagem, quando confiscamos o direito da morte de outrem, dominamos e dispomos de outrem como se dispõe de um objeto, de uma coisa, de uma marionete — os conflitos territoriais e políticos ilustram esse fato muito bem. Na organização do mundo, que passa pelo domínio da linguagem/morte de outrem, a morte proporciona o movimento de estabilidade que, segundo Blanchot, não pode ser visto no espaço literário.

No espaço do mundo, a linguagem intenta pontuar, objetivar, esclarecer, notificar, sem nenhum traço de ambiguidade, o diálogo entre os homens. A morte do ser cachorro, por exemplo, não pode ser confundida com a morte do ser pássaro, não podendo haver de modo algum a permuta indiscriminada de uma palavra por outra, pois para o ato de comunicação é imprescindível a linguagem objetivada. A morte da palavra deve ser racionalizada, interpretada não como pluralidade, mas como intencionalidade para que não haja o temido caos. Este é o elemento privilegiado na linguagem literária, entendendo-se o caos como a pluralidade da

palavra obtida através da ambiguidade do discurso literário. Numa perspectiva diferente da linguagem literária, a linguagem mundana prioriza a organicidade do mundo através da palavra racionalizada. É através da morte da palavra que o homem pode gerir o mundo e os demais homens: “Somente a morte me permite agarrar o que quero alcançar; nas palavras, ela é a única possibilidade de seus sentidos. Sem a morte, tudo desmoronaria no absurdo e no nada” (BLANCHOT, 1997, p. 312). Em relação à suposta diferença entre a palavra do mundo e a palavra literária, Blanchot tece algumas considerações sobre esse tema no texto “Palavra bruta, palavra essencial”, do livro **O espaço literário**.

Nesse texto, Blanchot denomina a linguagem da organicidade do mundo de palavra bruta, algo do tipo não-lapidado que serviria para a comunicação diária, aquela em que o significante e o significado estariam interligados puramente “para nos relacionarmos com os objetos, porque é uma ferramenta num mundo de ferramentas onde o que fala é a utilidade, o valor de uso” (1987, p. 33). A palavra bruta representaria fidedignamente as coisas aos homens, sendo, por assim dizer, um elemento útil — não nos esquecendo que, ao representar as coisas do mundo, as palavras usurpam os lugares dos referentes representados como se não houvesse nenhuma diferença entre aquilo que elas representam e aquilo que elas realmente são. É nessa encenação que a utilidade da palavra bruta se torna tão importante aos homens ou se faz crer ser importante. No espaço literário, diferentemente da palavra bruta, há a palavra essencial, a palavra literária, que tem como referente o próprio espaço em que é elaborada a sua arquitetura textual. Assim, a palavra essencial não se reporta a um referente ou a uma estrutura do mundo real, mas à constituição de seu próprio espaço ficcional.

A literatura se refere a si mesma. A linguagem literária “não é acabada nem inacabada: ela é. O que ela nos diz é exclusivamente isso: que é — e nada mais. Fora disso, não é nada. Quem quer fazê-la exprimir algo mais, nada encontra, descobre que ela nada exprime” (BLANCHOT, 1987, p. 12). Nos textos de Blanchot, a literatura é interpretada como espaço da autonomia criativa, em que se sobressai a palavra em toda a sua extensão negativa: a palavra **não** representa o mundo, mas apresenta o espaço literário; a palavra **não** pressupõe um significado objetivo, mas um significado plural; **não** existe intenção na palavra proferida, mas logro; **não** existe verdade no texto literário, mas a mentira.

No pensamento blanchotiano, a negatividade não está sobrecarregada com o tom pernicioso que essa palavra adquire no cotidiano do homem. Ela é apenas um passo, uma tomada de decisão. É o se afastar daquilo que não lhe convém. A negação é afastamento, é o passo que a literatura faz ao priorizar o logro, a mentira, a não-intenção em detrimento do discurso da verdade do homem do saber. Ao dizer que a literatura pactua com o falso, Blanchot traça um perfil literário que se aproxima da palavra puramente ambígua, da palavra sem ranço com um saber prontamente pré-estabelecido. No discurso literário, a palavra é performativa, ela se duplica numa atuação da dubiedade do dizer, o que ela diz não é o que pode ser apanhado no primeiro momento, mas o que pode ser entrevisto ao longo de sua atuação, sempre numa **performance** do segredo, do se esconder, da possibilidade de ser tudo e, no mesmo instante, ser o nada: “**Tendo em vista que** a literatura [...] implica **em princípio** o direito de tudo dizer e de tudo esconder, no que ela é inseparável de uma democracia por vir” (DERRIDA, 1999, p. 206).

No contexto literário, a linguagem não se demora na impossibilidade de a palavra ser o referente fidedigno do ser ou da coisa, ela inverte o jogo linguístico, pois se detém na ausência que une o ser/coisa à palavra. É no entremeio da ausência da palavra que a linguagem literária se esmera em interagir e em fazer participar toda a sua constituição linguística. É a ausência que possibilita a ambiguidade das formas plurais da palavra, bem como é a partir da ausência de imediaticidade da linguagem que a literatura extrapola as convenções, podendo, desde então, unir o ser cachorro e o ser pássaro numa mesma sistemática da palavra poética. A linguagem literária rompe o lacre que mantém a palavra agregada ao ser para promover o caos criativo, as possíveis associações entre termos diversificados, que nunca caminham para um fim, para uma finalidade, para um objetivo, visto que, na impossibilidade de se manter no espaço literário, o saber estratificado sucumbe perante a fragmentação e a instabilidade do conjunto discursivo do espaço ficcional:

O lacre que retinha esse nada nos limites da palavra e sob as espécies do seu sentido se partiu; eis aberto o acesso a outros nomes, menos fixos, ainda indecisos, mais capazes de se reconciliar com a liberdade selvagem da essência negativa, dos conjuntos instáveis, não mais dos termos, mas de seu movimento, deslizamento sem fim de “expressões” que não chegam a lugar nenhum [...] (BLANCHOT, 1997, p. 314).

Em “A literatura e o direito à morte”, Blanchot reafirma a sua concepção de espaço literário: “Pois bem, ainda é melhor: o silêncio, o nada, isso é a essência da literatura” (1997, p. 298). Aqueles que se utilizam da literatura como forma de combate, como elemento de luta ou como propulsora de um pensamento determinado não fazem parte do que seria literatura para Blanchot, uma vez que a palavra poética não é instrumento, **não serve para**, ela **apenas é**. E nesse **apenas é** existe uma complexidade estrutural, discursiva, temporal e temática no entrelaçamento textual poético que impossibilita a permanência do leitor num primeiro nível de compreensão do texto literário. É imprescindível o afundamento no espaço da literatura para que se possa por instantes vislumbrar a elaboração do texto literário, aproximando-se de uma interpretação não-superficial, mas experimentada, aprofundada, tocada. É necessária a doação completa. É preciso olhar para trás e ver Eurídice e se perder juntamente com ela na profundidade do inferno — aqui, o terreno da instabilidade literária.

Quando compreendemos que a palavra, esteja ela no contexto do mundo ou no contexto literário, não nos dá o ser ou a coisa, mas a ausência da coisa, introduz-se em nossa reflexão uma problemática em torno do pensamento sobre a morte — a morte enquanto acontecimento, passagem, espaço indeterminado. Assim como a palavra cachorro suprime o ser cachorro, dando-nos a dialogar não sobre o cachorro em si, mas sobre o que pensamos ser o cachorro, na ausência do ser; a palavra morte não nos dá o pensamento sobre a morte em si, mas sobre o que intentamos saber o que seria a morte sem nunca podermos chegar definitivamente ao que seria a morte.

Como reflete Blanchot, em **Le pas au-delà**, toda forma de pensamento sobre a morte é irrelevante quando entendemos que a morte é, antes de tudo, palavra, logo, ausência: “O pensamento da morte não nos ajuda a pensar a morte, não nos dá a morte como alguma coisa a pensar” (1973, p. 07). A aproximação do espaço da morte — espaço do interdito, do não-entrevisto e do impossível — gerou grandes e belas reflexões durante o desenvolvimento da linhagem humana ao longo dos séculos. Todavia, se já existia a dificuldade em compreender a especificidade da morte e, por conseguinte, as especificidades do morrer; nesse momento, se instala uma nova problemática que nos afasta completamente da morte: a palavra **morte**.

A morte é palavra, por conseguinte, ela não nos aproxima do seu pretense referente; ao contrário, a palavra, sendo ausência, nos distancia do que seria a morte. Sendo palavra, todo o pensamento sobre a morte, como sugere Blanchot, é pensamento sobre a ausência da morte, sobre o que não seria a morte. Nenhum pensamento daria conta do pensar a morte, pois todo pensamento parte da linguagem e a linguagem é edificada por palavras: “A palavra me dá o ser, mas ele me chegará privado de ser. Ela é a ausência desse ser, seu nada, o que resta dele quando perdeu o ser, isto é, o único fato que ele não é” (1997, p. 311).

À ausência da morte. Caminhamos para algo que nos é completamente desconhecido, algo que foge de nossas conjecturas, que se mantém como o completamente afastado. Tudo o que se tem de uma possível compreensão da morte são conjecturas que não atingem a essência do poder morrer e do morrer em si. As confissões dos moribundos não nos auxiliam na incursão do pensamento do morrer, pois o que eles dizem ainda não é a morte, mas uma sensação do morrer. A morte não é o que vem antes da morte, mas o que acontece depois da morte. Ela não é estágio, nem passagem, mas espaço, terreno, lugar. De toda forma, algo espacialmente desconhecido. O desconhecido que se apresenta como palavra na morte transforma o pensamento da morte em impotência, em experimentação do nada experimentar e do nada conjecturar. Não nos é dado pensar a morte. Além da interdição do próprio desconhecido que é o lugar do morrer, o pensamento da morte surge através da palavra; e sendo palavra, o pensamento da morte chega através do **desastre**: “O desastre nos tirando o refúgio que é o pensamento da morte, nos dissuadindo do catastrófico ou do trágico, nos desinteressando de todo querer, bem como de todo movimento interior” (BLANCHOT, 1980, p. 10).

O desastre é a (im)possibilidade de todo ato de linguagem. Em **L'écriture du désastre**, Blanchot confirma a potencialidade do desastre na linguagem, entendendo-se o desastre como a fissura que existe no discurso do homem. O desastre é a possibilidade de a linguagem comungar com a sua impossibilidade essencial. Dois movimentos divergentes que se unem para que desse amálgama complexo possa surgir a linguagem, seja ela a do mundo ou a literária. O desastre é a ranhura de toda a estrutura dialogal, é a própria ruína da palavra, é o nada que se instala no instante em que se une um ser/coisa a uma palavra. É na essência desse nada produtivo que se produz e se reproduz o desastre.

No texto literário, o desastre é a potencialidade de a palavra tudo dizer, de se expressar livremente, sem uma intenção premeditada, como também é a potencialidade da palavra nada dizer, de se manter oculta, de se manter segredo, potencialidade do nada dizer, do nada afirmar, de se manter em silêncio: “É preciso repetir: o desastre de-escreve” (*Idem, Ibidem*, p. 17). O desastre se confirma como o movimento elaborador do discurso literário. Na mesma circunstância em que ele é o agregador das relações as mais díspares possíveis, ele desagrega, desfaz qualquer relação, separa, afasta, suprime. O desastre possibilita a escrita e, ao mesmo tempo, impossibilita essa mesma escrita, ele “de-escreve”.

Enquanto movimento (in)acabado, movimento estabelecido no interior da palavra, o desastre é um movimento ainda por vir. Ele está no instante em que está por vir. Não há desastre completo, mas desastre (in)acabado, movimento da completude inacabada, tornando-se movimento em instância. Do mesmo modo que ele se encontra na linguagem, possibilitando a linguagem, ele se distancia da linguagem, aproximando-se do exterior dessa linguagem. O desastre confirma a sua presença no momento em que a sua ausência se confirma: “Nós estamos à beira do desastre sem que possamos o situar no futuro: ele é, antes, sempre já passado, e, no entanto, nós estamos à beira ou sob a ameaça” (*Idem, Ibidem*, p. 07).

Caso o desastre estivesse completamente entre nós, a possibilidade da comunicação se perderia completamente. É por estar não estando que o desastre se confirma como o exterior sempre presente, como o afastado sempre em vias de se apresentar. A linguagem dá mostras desse movimento em ondas, no ir e vir complexo que nos atinge, sempre quando estamos fora de nós, fora do ser em estado de experiência irrefutável, em experiência de saber. O desastre é entrevisto somente por aquele que está fora do **eu**, entendendo o **eu** como o ser absorvido pelo saber e, por conseguinte, pela rotina que mantém esse saber e que turva a experiência do desastre, mesmo o desastre sendo a base de todo movimento discursivo.

O desastre “ameaça em mim o que está fora de mim, um outro que não eu que me torno passivamente outro” (*Idem, Ibidem*, p. 07). O desastre não atinge o **eu**, que corresponde à estrutura organizacional e objetiva do homem, o **eu** enquanto estrutura inalienável do saber, o **eu** supremo da verdade. O desastre está antes do lado do “fora de mim”, sentença que será exaustivamente trabalhada por Blanchot

na interpretação do desastre. O “fora de mim” é estar fora do comprometimento com a realidade objetiva do mundo, é optar por se entrelaçar na indefinição do ser, na proposta original da linguagem humana que não traz o ser, mas a ausência do ser. É no se ausentar de si, optando por não se tornar agregado a um nome — nomeação que não é o ser, mas o nada do ser — que o desastre pode atingir essencialmente o não ser, que é o ser “fora de mim”. E mesmo “fora de mim”, o desastre não o atinge, mas já se configura como participante do movimento “fora de mim”, uma vez que a possibilidade de se desagregar do nome que estratifica o **eu** está associada à possibilidade da palavra nada nomear. Ou seja, a palavra sem o *status* de norma é desde já desastre. O desastre já está, embora ele esteja ainda em por vir. A complexidade do desastre na linguagem e no “fora de mim”, que, também, é uma estrutura de linguagem, complementa a ausência de todas as formas que se origina do próprio desastre. É como se o desastre perpetuasse, de uma maneira mais abrangente ou não, a ausência inerente ao **eu** que se intitula **eu** e a outrem que nega esse **eu**.

Na literatura, o “fora de mim” se relaciona ao escritor que, ao aceitar o chamado do espaço literário, adentra nesse território sabendo imediatamente da sua obrigatória despersonalização de ser social em favor de ser literário. O escritor passa então a ser um elemento ficcional tanto quanto a palavra que origina esse espaço, precisando estar “fora de mim” para interagir com a escrita literária. O afundamento do escritor é semelhante ao que ocorre ao leitor que deseja interagir com o discurso literário, pois é preciso estar “fora de mim”, sem o **eu** carregado de concepções estagnadas, para que exista a possibilidade de contato entre o mundo literário e o ser que o vislumbra. Nessas duas concepções, o “fora de mim” se apresenta em sua essencialidade, em sua posição de contraste com o **eu** estagnado, o **eu** absorvido em uma significância racionalizada e institucionalizada.

No campo do literário, o desastre surge ainda como iminência, como instância do que poderá vir e que ainda não veio, mesmo quando o desastre já se encontra na linguagem: “Pensar, seria nomear (chamar) o desastre como segunda intenção” (*Idem, Ibidem*, p. 12). Pensar é o mesmo que falar, uma vez que utilizamos as palavras para formar a sentença que originará o pensamento. Pensar o desastre é pensá-lo como movimento discursivo anterior à linguagem, anterior à fala, e, conseqüentemente, como constructo essencial de toda linguagem.

O desastre está, ele é, embora ele ainda esteja por vir. Ele está na linguagem, ele é a linguagem. Entretanto, ele está na linguagem como instância, como a impossibilidade da palavra realmente representar o ser. O desastre é a ruína inerente a toda forma discursiva. Eis o desastre na fala de Blanchot: “O desastre, é o que não se pode acolher, salvo como a iminência que gratifica, a espera do não-poder” (*Idem, Ibidem*, p. 24). O pensamento do desastre está acordado com o pensamento do “fora de mim”, pois somente se pode chegar a pensar o desastre no campo do não-poder, do não-saber, da não-verdade, ou seja, fora de todo movimento que instaura o **eu** no convívio social. A partir dessa prerrogativa, o desastre se aproxima do que seria literatura para Blanchot: um movimento de linguagem fora do padrão da normatividade do saber, fora da necessidade de se instaurar uma verdade. O desastre se desloca entre o ser e o não ser, entre o ser e as coisas, em tudo que se pode nomear a partir da linguagem, haja vista que o desastre é a própria linguagem: “O desastre é o dom, ele dá o desastre: é como se ele passasse além do ser e do não-ser. Ele não é advento (o próprio do que chega) — isso não chega, de modo que eu nem mesmo chego a esse pensamento, salvo sem saber, sem a apropriação de um saber” (*Idem, Ibidem*, p. 13).

No movimento do desastre, não há começo ou fim, mas o acontecimento, o desenvolvimento de uma ruína permanente no corpo estrutural da linguagem. É por isso que o desastre nos retira do abrigo da morte, pois a morte, sendo palavra, deixa o espaço cômodo de referencial para se tornar ausência, distanciamento daquilo que não é e daquilo que seria. O desastre se afirma, nesse ponto, como o infinitamente separado, semelhante, a morte: “O desastre é separado, o que existe de mais separado” (*Idem, ibidem*, p. 07). Chega-se ao desastre através do afastamento, do deslocamento. E somente se chega ao pensamento do desastre e ao pensamento da morte sem o saber, sem o mensurar, sem o prever e sem o poder/vontade. O desastre é o “fora de mim”: “O tempo sem presente, o eu sem eu, nada do qual se possa dizer que a experiência — uma forma de conhecimento — o revelaria ou o dissimularia” (*Idem, ibidem*, p. 30).

Nesse artigo, trabalhamos com ausências, com supressões, com ideias forjadas a partir do vazio das formas de linguagem. O que se fala é o nada e a partir do nada tornado presença, mas, ainda sim, o nada. E como a linguagem pactua com a ausência por estar em contínuo desastre, a morte se transforma numa

potencialidade vã: “O desastre [...] torna, talvez, a morte vã” (*Idem, ibidem*, p. 09). A vanidade da morte está associada à impossibilidade da palavra, já em estado de ruína, representar o referente a ela predestinado. E se por instantes a representação é imediata, deve-se ao fato da rotina perpetuar essa harmonia falsa na linguagem. Comungando com o pensamento do desastre blanchotiano e com o radicalismo que isso possa vir a aparentar, a palavra nada representa de fato, apenas representa uma larga ausência entre o ser/coisa e a palavra.

No entanto, a concepção da morte, mesmo sendo a ausência da própria morte, é definitiva para se pensar o homem e a sua linguagem. O que se faz, a partir de então, é interagir com a ausência da palavra e com a ausência do que seria a morte em si. É no vazio das formas que o homem, sem perceber, traça o seu caminho em direção ao inelutável espaço da morte ausente. Blanchot, em **L’écriture du désastre**, lança uma frase fundamental para o pensamento da morte: “A morte impossível necessária” (*Idem, ibidem*, p. 110). Essa sentença, sem nenhuma intrusão de conjunções, se apresenta como o passo fundamental para se entender o pensamento da morte que estamos desenvolvendo ao longo desse artigo. No instante em que a morte é impossível ao pensamento humano, visto que, como afirmou Blanchot, o pensamento da morte não nos ajuda a pensar a morte por ser a morte palavra e, sendo palavra, desprovida de referentes; a morte é necessária para que possa existir a linguagem, para que possa existir o desenvolvimento do homem na densidade do mundo e para que possa existir o pensamento que confirma a inexistência de se pensar a morte. Na dupla volatilidade da palavra, a morte se configura como a “linguagem ausência” ou o “vazio pleno”, para tomar de empréstimo a estrutura sintática e semântica de Blanchot. Em relação à construção sintática blanchotiana acima, Derrida, em **Demeure – Maurice Blanchot**, comenta:

Não mais a morte impossível *mas* necessária, nem a morte impossível e necessária, não, o impossível e o necessário não estão nem unidos por um «e» nem separados por um «mas». A morte é de um só traço o «impossível necessário», a impossibilidade como a necessidade se atribuindo e se co-implicando uma na outra, ao mesmo tempo sujeito e atributo uma da outra em permanência (1998, p. 56-7).

A impossibilidade necessária da morte passa pelo desastre, pela ruína da palavra, pela complexidade da linguagem permanentemente ausente. Do mesmo modo que o desastre não acolhe, mas se distancia e afasta qualquer modo de

aproximação, o pensamento não pode acolher a complexidade da morte, uma vez que, no pensar a morte, pensa-se a nulidade que é a instância da morte. O que é a morte? O que a palavra morte tem de afinidade com a instância eternamente desconhecida da outra esfera do viver? O que temos ao morrer? Onde é o território da morte? A morte enquanto substantivo comum ou próprio? A aparente superficialidade dessas questões apresenta o caráter irresolúvel dessas questões. A segurança que compartilhamos ao unir um ser ou um objeto a uma palavra é a existência do ser ou do objeto; é a certeza de que ele existe e de que pode ser mensurado, tocado e experimentado. Em contrapartida, com a morte, não temos certeza de nada, não podemos inferir nada a respeito desse espaço de total escuridão (ou de total claridade?), de total ausência de demarcações. Não é seguro falar da morte, pois a morte, de fato, não existe. O que acreditamos ser a morte não é a morte, mas a ausência da morte, a duplicação do nada a pensar, do nada a acreditar.

Nessa perspectiva, no mesmo instante em que nos deparamos com a ausência da morte, transformamos essa ausência numa estrutura melíflua capaz de se transformar em uma estrutura pensável. Capitaneamos a morte, damos a ela corpo, cor, local, especificidades e características. Assim, para nos sentirmos seguros, imputamos à ausência uma estrutura elaborada, executável e passível a ser pensada. É a partir dessa estrutura tão frágil que o homem constrói a sua segurança, a sua harmonia, a sua estúpida noção de verdade, de organicidade e de saber: “Se a morte é o real, e se o real é o impossível, aproximamo-nos do pensamento da impossibilidade da morte” (BLANCHOT, 1980, p. 186). O pensamento da morte subsidiado pelo pensamento do desastre ratifica não apenas a ausência da palavra, como também a ausência do referente. A morte é a ausência que se torna alicerce da vida humana. Nós ainda caminhamos para a morte, mas, agora, para a morte sem interior e sem exterior. A morte enquanto impossibilidade mensurável, enquanto local inacessível para a linguagem. No livro **L'écriture du désastre**, há uma interpretação da morte bastante válida para essa nossa longa exegese em ruína:

(O morrer, silenciosa intensidade; o que não se deixa acolher; o que se inscreve sem palavra, o corpo no passado, corpo de ninguém, o corpo do intervalo: suspense do ser, síncope como corte do tempo e

que nós somente podemos evocar como a história selvagem, inenarrável, não tendo sentido presente) (*Idem, ibidem*, p. 49).

A morte, no texto literário, compartilha da nulidade e do silêncio provindos do discurso ficcional. É a partir do texto literário que o possível espaço da morte pode ser pensado, haja vista que a literatura não se exaspera em compactuar com a vontade de verdade dos homens do mundo, ela comunga com a passividade discursiva, com o afastamento de qualquer elemento que traga a estagnação de sua estrutura. O pensamento da morte sem a vontade de poder, sem a intenção de extrair desse pensamento uma forma de poder plausível e científico, se aproxima da possibilidade de se refletir sobre a morte.

No fim não-fim desse artigo, como de praxe ocorre àqueles que se aventuram no pensamento blanchotiano, terminamos nossas considerações com uma questão que vagueia em **L'écriture du désastre**, e que sintetiza, não sintetizando, nosso pensamento sobre a morte: "Mortal, imortal: a inversão tem um sentido?" (*Idem, ibidem*, p. 183).

Referências

AGAMBEN, G. **Ideia da Prosa**. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

BLANCHOT, M. **Le pas au-delà**. Paris: Gallimard, 1973.

_____. **L'écriture du désastre**. Paris: Gallimard, 1980.

_____. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **A parte do fogo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DERRIDA, J. **Demeure – Maurice Blanchot**. Paris: Galilée, 1998.

_____. **Donner la mort**. Paris: Galilée, 1999.